

ARTIGO

*Lembrando
compromissos
assumidos, por Nelson
Brasil de Oliveira*

ARTIGO

*O paradoxo
econômico brasileiro,
por João Paulo de
Almeida Magalhães*

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

*Continuidade ao
acompanhamento das
alterações orçamentárias
do município do
Rio de Janeiro*

ARTIGO

*Duas décadas de mudanças
na agricultura brasileira:
uma breve análise por
Irene Raguinet Troccoli,
Luiz Antônio Pinazza e
Regis Alimandro*

LANÇAMENTO:

**CINQUENTA ANOS
DE PENSAMENTO
NA CEPAL**

PÁG. 7

O novo rural brasileiro: uma atualização

O Professor José Graziano da Silva e Mauro Del Grossi apresentam um diagnóstico das transformações ocorridas nas últimas décadas no meio rural, analisando o comportamento do emprego e da renda das famílias com e sem acesso à terra.

páginas 8 a 10



TROPISCHER GARDEN, DE OSWALDO GOELDI, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.
Conselheiros Suplentes: Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Neste início de século o tema do emprego e da exclusão social têm ocupado posição de destaque na agenda política nacional. Não obstante esta predominância de realidade concreta, há uma extraordinária falta de tratamento analítico mais preciso sobre o processo em curso. De um modo geral as análises realizadas, principalmente no campo dos conservadores, ou dos que desejam abrandar os fatos, têm sido marcada por imprecisões conceituais e analíticas. A sabedoria convencional tenta nos ancorar na interpretação de ser inevitável a percepção de que o capitalismo demonstra seu dinamismo com o avanço das forças de mercado, que é o cerne da ideologia neoliberal e o "fim" do Estado-Nação, com o processo de globalização econômica, ainda que haja uma mancha negra no sistema que é o desemprego e a exclusão social.

As diretrizes de política econômica implementadas na última década no País, de liberalização dos movimentos de capitais, desregulamentação e abertura

comercial pressupunham que a sociedade alcançaria níveis de bem estar superiores ao de períodos precedentes, dado que o livre intercâmbio de serviços e mercadorias, faria aumentar os níveis de emprego. Incrementar a ocupação da força de trabalho permitiria enfrentar os problemas estruturais da economia brasileira.

Neste contexto analisar com detalhamento as implicações da adoção das políticas macroeconômicas em curso e seus reflexos sobre a atividade rural brasileira torna-se tarefa árdua. O projeto "Rurbano" coordenado pelo professor José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann do Instituto de Economia da Unicamp, à frente de uma equipe de 25 pesquisadores envolvidos em onze diferentes estados do país, tentam analisar a evolução da população ocupada, emprego e renda das famílias com e sem acesso à terra, no meio rural brasileiro. Tema central desta edição do JE a pesquisa publicada em 4 volumes retrata, com o rigor analítico necessário, a conformação de um novo rural, com a diversificação das atividades agrícolas e não-

agrícolas e com o agravamento da crise econômica está restringindo cada vez mais os postos de trabalho disponíveis.

Três excelente artigos complementam a edição do JE: o Dr. Nelson Brasil com muita propriedade e profundo conhecimento do tema, lembra a necessidade de se atingir uma situação de equilíbrio entre direitos e obrigações estipulados pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio (TRIPS), de modo a se reforçar a nossa capacidade de tomar decisões sobre a adoção de políticas em ciência e tecnologia, necessárias ao desenvolvimento do país. O Professor e Conselheiro João Paulo de A. Magalhães diagnostica sobre o risco da manutenção do modelo neoliberal, que significará a "liquidação final e a possibilidade de o Brasil chegar um dia ao pleno desenvolvimento".

Os editores da Revista Agroanalysis, Regis Alimandro e Irene Troccoli, em conjunto com Luiz Antonio Pinazza, passam a limpo as duas últimas décadas de mudanças na agricultura brasileira.

CAPA/ARTE

OSWALDO GOELDI, nasce em 1895 no Rio de Janeiro. Ainda pequeno muda-se com a família para Belém do Pará. Viaja para a Suíça, onde recebe sua formação na Escola Politécnica de Zurique, em 1915. Em 1917 abandona a Politécnica e passa a estudar na Escola de Artes e Ofícios de Genebra. Volta ao Brasil em 1919. Suas primeiras gravuras, datam de 1924 e, através da xilogravura, técnica que utilizou com maestria, realizou sua obra astística. Torna-se ilustrador das obras de Dostoiévski e de Poe. Entre os autores nacionais, ilustra Raul Bopp e Cassiano Ricardo. Dá aulas de gravura na Escolinha de Arte do Brasil e na Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1951 recebe o Primeiro Prêmio na I Bienal de São Paulo. Também em 1951 representou o Brasil na Bienal de Veneza. Expõe na Suíça e na Alemanha em 1954 e 1956. Em 1960 recebe o Primeiro Prêmio na II Bienal Americana do México. Falece no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1961, numa quarta-feira de cinzas.

Na capa, reproduzimos a ilustração *Tropischer Garden*, xilogravura com área impressa de 14,6 x 15 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Dias.

ARTIGO

por Nelson Brasil de Oliveira

Lembrando compromissos assumidos

A injusta assimetria estrutural existente entre as economias mundiais, em crescente evolução posto que resultante do enorme "gap" tecnológico que separa e amplia o fosso entre nações, desde os anos 60 vem sendo objeto de análises, estudos e propostas de políticas específicas para o trato dessa questão por parte de países menos desenvolvidos, especialmente naqueles setores envolvendo maior densidade tecnológica.

A forte tendência à oligopolização apresentada pelos setores mais dinâmicos da economia mundial (com destaque para as especialidades da química fina), há mais de trinta anos já constituía fonte de preocupações de empresas e de governos dos países em desenvolvimento, bem como da própria CEPAL, expressas em tentativas de regulamentar as condições para a aquisição de tecnologia externa, em especial aquelas destinadas à área industrial.

Dentro desse cenário o Prof. Kurt Politzer, em recente e magnífica apresentação feita na Comissão de Tecnologia da FIRJAN, lembra-nos de algumas iniciativas ou pronunciamentos ocorridos em distintos foros de representação política das nações, como a seguir ilustrado:

Na Conferência sobre Aplicações de Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento Latino-americano, realizada em 1972, os governos da América Latina afirmaram que "uma condição essencial ao pleno exercício de soberania nacional, sem restrição à cooperação regional, é a necessidade de reforçar a capacidade de tomar suas próprias decisões sobre criação e adoção da ciência e tecnologia necessárias ao desenvolvimento dos seus povos".

Pelo artigo primeiro de Conven-

ção assinada em Paris, que entrou em vigor em 30/09/60, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) registra que promoverá políticas destinadas a "conseguir o maior crescimento econômico sustentável e emprego e crescente padrão de vida em países membros, mantendo estabilidade financeira e, assim, contribuir para o desenvolvimento da economia mundial; contribuir para a expansão econômica saudável em países membros como também em países não membros no processo de desenvolvimento econômico; contribuir para a expansão do comércio mundial numa base multilateral, não discriminatória em acordos com obrigações internacionais".

Em 1991, o Conselho Ministerial da OECD adotou uma forte afirmação política contida no documento intitulado "Desafios de Ciência e Tecnologia e Oportunidades para Países em Desenvolvimento", assim expressa: "em vista das difíceis circunstâncias enfrentadas pelos países em desenvolvimento, os Ministros renovam não apenas seu compromisso de facilitar o acesso de países em desenvolvimento a novas tecnologias, mas também de reforçar os esforços desses países de construir suas capacidades nacionais de absorver, administrar e de se beneficiarem de mudança tecnológica".

Henry Kissinger, quando Chefe do Departamento de Estado norte-americano, no "Pronunciamento de Nairobi", ocorrido em 1976, assim se referiu ao tema: "o Governo dos Estados Unidos da América do Norte está comprometido a uma política que encorajará e expandirá a transferência de tecnologia industrial".

O Artigo 7 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), aprovado pelo

Brasil através do Decreto 1.355/94, que promulgou a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada do Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, assim ficou expresso: "a proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão de tecnologia, em benefício mútuo de produtores e usuários de conhecimento tecnológico e de forma conducente ao bem-estar social e econômico e a um equilíbrio entre direitos e obrigações".

A despeito de todos os princípios e objetivos acima delineados, apenas se têm verificado processos de transferências de tecnologias dos países desenvolvidos para os menos avançados em atividades não competitivas, como aquelas destinadas à preservação ambiental, ao desenvolvimento de infraestrutura e a certas atividades agrícolas. Nas tecnologias relativas à atividade industrial, do interesse de empresas que atuam no mercado e que, assim, eventualmente poderiam vir a competir com as empresas de primeiro mundo, o que cada vez mais se acentuam são as restrições ao seu livre fluxo e disseminação, resultado direto da ampliação da área do direito proprietário. Interesses do primeiro mundo, como se vê, levam à leitura apenas do direito, não das obrigações assumidas no âmbito de acordos internacionais.

Empresas transnacionais, atuando em mercados concorrenciais, não têm interesse em vender ou transferir tecnologias para eventuais competidores, localizados em países menos desenvolvidos, a menos que por preço e condições que tornem a compradora não competitiva no mercado internacional. Em realidade, os países

desenvolvidos pretendem ter cumprido suas obrigações com TRIPs através da reduzida colaboração técnica emprestada aos menos avançados, representada pela condução de programas de aperfeiçoamento de recursos humanos para escritórios dedicados ao exame e concessão de títulos patentários e, assim, nenhuma obrigação ulterior lhes ocorre oferecer.

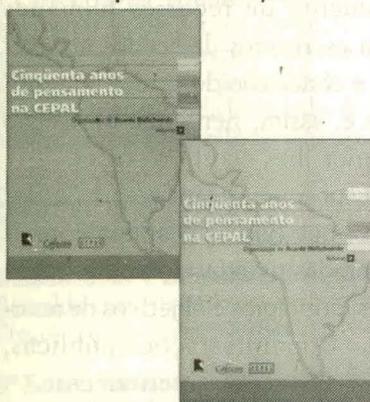
Esta é uma clara realidade dos fatos, que não se coaduna com as reiteradas manifestações de intenções, princípios e objetivos de acordos ou manifestações públicas, como ilustrados anteriormente.

Nestas condições, e considerando os constrangimentos que o poder econômico globalizado exerce sobre os governos dos países desenvolvidos, parece-nos viável e indicado para o País a formulação de uma estratégia política articulada para a área de propriedade intelectual, no contexto das negociações referentes a acordos internacionais em que se envolve o Brasil, em especial TRIPs/OMC e ALCA. Nesse sentido, entende-se que devem ser priorizadas ações que objetivem facilitar o acesso a tecnologias disponíveis, bem como a obtenção de financiamentos, em condições privilegiadas por organismos financeiros internacionais, para a aquisição de tecnologias não consideradas de natureza competitiva industrial, em especial para a condução de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em universidades e institutos de pesquisas, em parceria com empresas brasileiras.

Dentro dessa estratégia pode ser considerado que, embora a estrutura organizacional da OMC não disponha de organismos próprios destinados a promover a inovação, a transferência e a disseminação de tecnologia para os países em desenvolvimento e menos desen-

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia — RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Cinquenta anos de pensamento da CEPAL (volumes I e II)

Organização de Ricardo Bielschowsky
de R\$ 40,00 por R\$ 28,00

• **A corrosão do caráter** — Richard Sennet

De R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• **A terceira via** — Anthony Giddens

De R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• **Falso amanhecer** — John Gray

De R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• **Destruição não criadora - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**

Maria da Conceição Tavares
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• **Chairman - O novo Brasil e as multinacionais** — Getúlio Bittencourt

De R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• **A idéia de decadência na história ocidental** — Arthur Herman

De R\$ 56,00 por R\$ 39,20

• **Inimigos do futuro**

Kirkpatrick Sale
De R\$ 30,00 por R\$ 21,00

• **O livro negro do capitalismo**

Organizado por Gilles Perrault
De R\$ 45,00 por R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00.
Telefone: (21)232-8178

ARTIGO

volvidos, existem agências financeiras internacionais que vêm promovendo atividades nessa área, tais como o Banco Mundial (através do BIRD, IDA, IFC e MIGA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). E que a OMC, de um lado, e os mencionados organismos financeiros, de outro, constituem grupos de entidades que pertencem à mesma comunidade das nações no mundo atuando, portanto, de forma complementar em seus objetivos comuns.

Assim, a obrigação assumida pelos países desenvolvidos através do art. 7º de TRIPs (ratificando princípios de outros acordos), no sentido de promover a inovação, a transferência e a disseminação de tecnologia para aqueles em desenvolvimento, poderia ser financiada em condições extremamente

privilegiadas através das mencionadas instituições financeiras.

Embora o ideal fosse a criação de linhas de financiamento específicas para tal finalidade, até mesmo como um incentivo para o reforço do direito proprietário nos países em desenvolvimento (como requerido em TRIPs), em caráter provisório já poderia ser buscada a adaptação das linhas de financiamento disponíveis para meio ambiente e temas correlatos (do interesse imediato do primeiro mundo), permitindo tratamento similar para a área de ciência e tecnologia.

Como para o acesso a tais financiamentos é requerida, pela fonte de financiamento, a aplicação conjunta de quantia ao mesmo nível de valor pelo país recipiente, e como os dispêndios para P&D constantes nos orçamentos públicos estão cada vez menores, em vez

da exigência de contrapartida pelo setor público deveriam ser acertados aportes do setor privado, definidos em projetos setoriais integrados apresentados por entidades privadas, sob fiscalização do governo federal.

Finalmente entende-se que a instituição de tais financiamentos pelos órgãos internacionais acima referidos deva constituir pré-requisito para o aprofundamento do direito proprietário estabelecido pelo art. 7º de TRIPs (tão buscado pelos países desenvolvidos, Estados Unidos à frente), visando-se buscar atingir uma situação de equilíbrio entre direitos e obrigações, como estipulado pelo próprio artigo de TRIPs, e que atualmente apresenta profunda assimetria de tratamento.

Nelson Brasil de Oliveira é vice-presidente da ABIFINA.

EVENTO

IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas

02 a 05 de setembro de 2001

(São Paulo - Campus da USP - Cidade Universitária)

1. Comissão Organizadora

- Presidente de Honra: Prof. Dr. Jacques Marcovitch (Magnífico Reitor da USP)
- Coordenador Geral: Wilson Suzigan (Unicamp)
- Membros: Maria Alice Rosa Ribeiro, Maria Lúcia Lamounier (UNESP), Flávio Azevedo Marques de Saes e Amaury Patrick Gremaud (USP) e Tamás József Márton Károly Szmrecsányi (UNICAMP)

2. Atividades

- 02/09/2001 - Sessão Inaugural
- 03 a 05/09/2001 - Conferências, Mesas-redonda, Sessões Temáticas e Assembléia Geral

3. Organização das Atividades

- I Módulo: Brasil - Colônia e Império
- II Módulo: Brasil - República
- III Módulo - História Econômica Geral (experiências de outros países economia internacional)
- IV Módulo - Historiografia, Metodologia e Pensamento Econômico

- V Módulo - História de Empresas

4. Comunicação sobre teses e dissertações: (Concluídas ou em andamento)

Apresentação de Trabalhos

Aqueles que desejarem participar, deverão enviar o texto integral da exposição até o dia 31/01/2001. A Comissão Científica fará a seleção dos trabalhos a serem incluídos nas sessões temáticas. O resultado da seleção será comunicado até 31 de março de 2001. O respeito ao prazo de entrega dos trabalhos completos é fundamental para que a Comissão Organizadora possa encaminhar pedidos de financiamento para passagens e diárias.

Informações Complementares:

ABPHE - IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas
Caixa Postal 61.031 - CEP 05001-970
São Paulo - SP

ARTIGO

por João Paulo de Almeida Magalhães

O paradoxo econômico brasileiro

Durante a década passada o PIB brasileiro cresceu na média anual de 1.8%. Para o presente ano as previsões são decréscimo entre 4% e 5%. Essa deveria, em princípio, ser considerada uma boa notícia. Infelizmente isso não é verdade porque nossa economia é hoje comandada por estratégia que a está conduzindo, rapidamente, ao impasse. Melhorias ocasionais como a esperada para 2001, portanto, apenas atrasam o momento em que esse fato será reconhecido, com o surgimento de condições para a adoção de nova política econômica, capaz de nos proporcionar o elevado ritmo de crescimento do passado. Recapitulemos.

Nos fins da década de 80 e princípio de 90, o Brasil optou por modelo neoliberal de “crescimento para fora” (ou de integração competitiva no mercado mundial) inspirado no Consenso de Washington. A suposição deste, era que ampla abertura da economia às importações e ao capital estrangeiro nos proporcionaria, elevadas taxas de crescimento. A abertura à concorrência estrangeira forçaria as empresas instaladas no país a níveis internacionais de produtividade. E a procura de altos lucros as tornaria naturalmente exportadoras. O capital externo completaria o processo ao fornecer as poupanças necessárias a um crescimento acelerado.

Ora, contrariamente a essa previsão as vendas externas subiram lentamente. O modelo de “crescimento para fora” exige incremento das vendas externas em ritmo superior ao do comércio internacional. Nossas exportações, que em 1984 chegaram a 1,3% do total mundial, se acham hoje a menos de 1% deste.

A entrada das poupanças externas, pelo contrário, correspondeu plenamente às expectativas. Mas justamente aí se acha o problema. A viabilidade de significativa contribuição financeira externa depende, de fato, das características do

modelo de desenvolvimento adotado. Vejamos porque.

A transferência de capital de um para outro país para outro depende de dois fatores fundamentais: rentabilidade adequada e condições satisfatórias de conversibilidade, significando esta última a possibilidade de transferir os ganhos obtidos para moeda do país de origem da poupança.

Nos modelos anteriores de desenvolvimento do Brasil não houve problema. No primário – exportador, quanto mais capital estrangeiro ingressava no país para criar estradas de ferro, portos e infraestrutura urbana, mais o país exportava e maiores eram, portanto, as disponibilidades de divisas para o serviço do capital. O modelo de substituição de importações não produzia divisas mas as economizava. As importações substituídas por produção interna liberavam divisas para a transferência de “royalties” e dividendos. No atual modelo de integração competitiva no mercado mundial, não houve geração de divisas no montante anunciado (e requerido pelas grandes entradas de capital estrangeiro), surgindo o problema.

O importante é mostrar que a insuficiência de nossas vendas externas é estrutural e não resultante da falta de medidas de estímulo às exportações. Os modelos atuais de crescimento para fora (tanto o intervencionista do Leste Asiático como o neoliberal da América Latina) não dependem, como o primário – exportador do passado, da venda de produtos agrícolas e minerais. Seu dinamismo é proporcionado pela exportação de manufaturados. Estes são de dois tipos: artigos de tecnologia avançada e marcas próprias (eletrodomésticos, equipamento de telecomunicação, veículos automotores etc) ou produtos de tecnologia mais elementar, internacionalmente padronizados, e grandes utilizadores de recursos naturais (aço, alumínio, papel e celulose etc)

conhecidos como “commodities”.

No Brasil, contrariamente do que sucede por exemplo na Coreia do Sul e Taiwan (onde predominam empresa de capital nacional), a produção do primeiro segmento se acha essencialmente controlada por filiais de empresas multinacionais. Estas não podem, obviamente, concorrer com suas matrizes nos grandes mercados mundiais. Suas exportações se acham, portanto, drasticamente limitadas. No que se refere à “commodities” as empresas do setor, mesmo quando controladas por capital estrangeiro não têm restrições às exportações (não há choque com o interesse das matrizes porque no território destas inexistem, supostamente, as matérias primas necessárias a esse tipo de exportação). Aí estaria, portanto, a oportunidade do Brasil com sua abundância de recursos naturais.

A visão oficial revela-se, inclusive, otimista a respeito. Mesquita Moreira (1999), economista do BNDES, valoriza a especialização do Brasil em “commodities”. De acordo com ele, no período de substituição de importações, o Brasil cresceu ineficientemente com base em setores que exigiam muito capital e tecnologia, fatores escassos no país. Com a abertura da economia esses setores declinaram em proveito de segmentos largamente utilizadores de recursos naturais, abundantes no país. Com isso se corrigiu a distorção da fase anterior com grande vantagem para o Brasil.

Sucedem, porém, que enquanto o mercado internacional para produtos de marca e de tecnologia refinada cresce rapidamente, a demanda por “commodities” se eleva lentamente e num mercado altamente competitivo. Esse aspecto é sublinhado por Jorge Katz (1999) ao afirmar “Os ramos processadores de recursos naturais em que têm se especializado países como a Argentina, Brasil, Chile e Colômbia constituem campos da produção manufatureira em que a

demanda mundial cresce de forma relativamente lenta” (pg. 42).

Ou seja, o modelo neoliberal de crescimento para fora, adotado no Brasil, não só é incapaz de nos proporcionar crescimento acelerado como é incompatível com apoio significativo das poupanças externas, dado que não gera as divisas requeridas para atender ao requisito de conversibilidade. E aí se acha o problema.

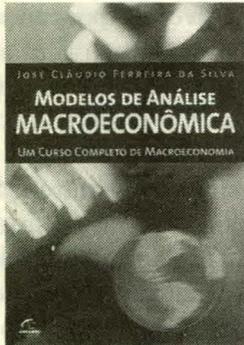
A simples manutenção desse modelo seria insatisfatória por excluir a possibilidade de eliminação do atraso econômico. Mais grave, porém, é que, ao pretender baseá-lo na poupança externa, o Governo tornou inevitável colapso econômico do país em futuro não muito distante como se pode facilmente demonstrar.

Não tendo acesso aos grandes mercados mundiais, já atendidos por suas matrizes, a grande massa de investimentos de risco, que entra no país, está se orientando para o mercado interno ou regional determinando constante aumento das divisas requeridas para seu serviço, sem gerar os dólares necessários para tanto. Enquanto as entradas permanecerem em alto nível, as próprias divisas por elas proporcionadas viabilizarão esse serviço. Mais cedo ou mais tarde, todavia, elas se tornarão insuficientes e colapso cambial se tornará inevitável. Isso na melhor das hipóteses. O problema poderá surgir a qualquer momento em função, seja de nova crise em qualquer parte do mundo seja, por exemplo, de aumentos da taxa de juros nos Estados Unidos, que dificultem a captação externa de poupanças.

Pelo menos tão grave é que os efeitos negativos da errada estratégia de desenvolvimento se fazem sentir desde já. O Governo anuncia, para os próximos anos, taxa média de incremento do PIB de 4% a 5%. Afirma que esta equivale aos 7% do passado porque a população cresce hoje mais lentamente. Quando o PIB aumentava de 7%

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas – Teoria e Prática* – Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Microeconomia*. Varian, H.R. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna – textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

ARTIGO

a.a. a população brasileira crescia de 2,5% com, portanto, incremento “per capita” entre 3% e 4%. Como a população cresce hoje de pouco mais de 1%, a taxa de 5% proporcionaria aumento do produto por habitante aproximadamente igual.

A pergunta que ocorre é, no entanto, a seguinte: se o objetivo é a eliminação do atraso econômico, e isto no menor prazo exequível, porque não se crescer a 7% ao ano, como se revelou possível no passado, ou a 8,5%, como propõe Dias Leite (1999) em trabalho recente, ou ainda entre 9% e 11% conforme ocorre nos países do Leste Asiático?

A resposta é simples: pelo fato de incremento, por exemplo de 7% ao ano, elevar na mesma percentagem as importações e reduzir as disponibilidades de bens para a exportação (efeito absorção), inviabilizando o já difícil serviço do capital estrangeiro. Ou seja, a estratégia neoliberal, em curso no país, não só deixa de proporcionar taxa adequada de crescimento do PIB como exige que esta seja pequena. E seria necessário lembrar que, segundo estimativas disponíveis, o

incremento do PIB de 5% ao ano é o mínimo requerido para absorver a mão-de-obra nova que se apresenta ao mercado? Como então considerá-la satisfatória? Ou se teria esquecido que, nos últimos nove anos o PIB dos Estados Unidos vem subindo em torno de 4% ao ano (e os demais países desenvolvidos ameaçam começar a fazer o mesmo) o que, dado o incremento mais lento de sua população, faz com que os 5% que nos propõe o Governo signifique, para todos efeitos práticos, renúncia ao objetivo de eliminação do atraso econômico?

E se incremento de 5% do PIB em 2001 longe de ser satisfatório é preocupante, pior ainda será, paradoxalmente, se semelhante taxa se mantiver nos próximos dois ou três anos. Isso porque a maior esperança de mudança na atual política econômica se acha na eleição de candidato opositor para o próximo mandato presidencial. Ora, posto que as grandes entradas de capital estrangeiro de risco renunciem graves problemas futuros, elas significam, de imediato, investimentos que poderão prolongar os relativamente bons resul-

tados esperados para o presente ano.

Nesse caso o Governo, montado nos meios de comunicação, trombetará que os maus momentos terminaram, tendo o país ingressado em nova fase de prosperidade. Diante disso, diminuirão as chances dos candidatos da oposição, com o risco da vitória de candidato oficial e consequente manutenção do modelo neoliberal. O que significará a liquidação final da possibilidade de o Brasil chegar um dia ao pleno desenvolvimento.

João Paulo de Almeida Magalhães é conselheiro do Corecon/RJ, professor titular da UERJ e professor de pós-graduação da Universidade Estácio de Sá

OBRAS CITADAS

Katz, J. (1999), *Cambios en la Estructura y Comportamiento del Aparato Productivo Latinoamericano en los años 1990: después del Consenso de Washington*, Què? CEPAL, Santiago do Chile.

Leite, A.D. (1999) *Crescimento Econômico: A Experiência Histórica do Brasil e a Estratégia para o Século XXI*, José Olympio, Rio de Janeiro.

Moreira, M. M. (1999) *A Economia Brasileira nos Anos 90*, BNDES, Rio de Janeiro.

INTERNET**Boletim Eletrônico RACE**

Rede Acadêmica de Ciência Econômica – NUCA/IE-UFRJ

O NUCA – Núcleo de Computação do Instituto de Economia da UFRJ desenvolve pesquisa chamada RACE. Trata-se de portal na Internet com informações especializadas de interesse de economistas, professores e pesquisadores. Entre estas informações destacam-se os artigos de economia (working papers) com mais de 800 artigos em versão integral e 500 artigos publicados em jornais escritos por economistas de renome nacional e internacional; links para os sites de mais de 120 cursos de economia no Brasil e de 10 países; links para associações científicas no Brasil e no mundo; e-mail de professores de economia de 50 cursos e endereço de mais de 70 listas de discussão. O endereço do site da pesquisa RACE é: www.race.nuca.ie.ufrj.br.

E caso você deseje receber o boletim mensal onde são apresentadas as novidades incorporadas no site, enviar e-mail para: moderador@nuca.ie.ufrj.br.

Biblioteca Virtual de Economia – A maior

dificuldade quando pretende-se pesquisar na Internet é “achar” a informação. Quando usamos os motores de busca como o Altavista, Yahoo, etc a quantidade de “lixo” que obtemos é tão grande que chega a desestimular o próprio uso da Internet. Pensando neste problema, o NUCA junto com o Programa Prossiga, construíram a Biblioteca Virtual de Economia, o maior e mais especializado portal de informações de temas econômicos existentes na Internet. A Biblioteca Virtual está organizada em 13 categorias: artigos, bases de dados, dados estatísticos, documentos, periódicos, etc, além de contar com um eficiente motor de busca. A qualidade da Biblioteca Virtual pode ser avaliada pela média de quase 100 visitas/dia.

Caso você deseje frequentar este site, digite: www.prossiga.br/nuca.ie.ufrj/economia. E não deixe de cadastrar seu nome e e-mail na welcome page do site para receber, mensalmente o Boletim Bivec.

LANÇAMENTO

Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL

Organização: Ricardo Bielschowsky

Uma coletânea de textos clássicos que percorre a trajetória intelectual da CEPAL desde sua fundação em 1948, é o conteúdo desta obra traduzida para o português e editada em dois volumes pela Record. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o Cofecon (Conselho Federal de Economia), instituições que nos últimos anos vem desenvolvendo uma série de projetos em conjunto, lançam o resultado de uma idéia desenvolvida pelos Conselheiros Federais/ Cofecon Luíz Carlos Delorme Prado, Antonio Correia de Lacerda e Luiz Antonio Rodrigues Elias. Contrariando uma prática cepalina de não atribuir aos documentos um determinado autor ou responsável, por entender que todas as publicações são o resultado de um trabalho coletivo, na presente obra as principais contribuições são reconhecidas nominalmente, por terem sido redigidas por pessoas já desligadas da instituição.

Durante cinco décadas a CEPAL foi a principal fonte de informações e análises sobre a realidade econômica e social da



América Latina. Foi, também, o único centro intelectual em toda a região capaz de formular um enfoque analítico próprio, aplicável às condições históricas da periferia latino-americana, e suficientemente poderoso para manter-se vigente durante meio século.

A sistematização da contribuição intelectual da CEPAL apresentada no livro foi facilitada por duas características centrais de seu pensamento.

Em primeiro lugar, pelo fato de que o enfoque metodológico tem sido o mesmo, independentemente das etapas em que se divida a história da instituição. O que vai se modificando na trajetória cepalina é a história real como objeto de análise, assim como o contexto ideológico em que a aná-

lise é gerada, dando lugar a novos matizes, ênfases e interpretações. De fato, é possível identificar quatro traços analíticos comuns às cinco décadas: o enfoque histórico-estruturalista, baseado na idéia das relações entre "centro e periferia", a análise da inserção internacional, a análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento, progresso técnico, e de suas relações com o emprego e a distribuição de renda), e a análise das necessidades e possibilidades de ação estatal.

Em segundo lugar, pela possibilidade de ordenar as idéias desenvolvidas nessas diferentes etapas em torno de "idéias-força" ou mensagens centrais: a década dos anos 1950 foi a da industrialização, a dos anos 1960, a das reformas destinadas a eliminar os obstáculos à industrialização, a dos anos 1970, a da reorientação dos estilos de desenvolvimento, a dos anos 1980, a do ajuste com crescimento, e a dos anos 1990, dedicada à agenda de "transformação produtiva com equidade".

A presente obra está disponível em todas as livrarias do Brasil.

PRÊMIO

Prêmio Mercocidades de Ciência & Tecnologia 2000

Mercocidades - Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação

A Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro está selecionando projetos desenvolvidos em institutos de pesquisa do RJ. O projeto de pesquisa aplicada deve, necessariamente, contribuir para a solução de um problema relevante em uma das cidades participantes da Rede de Mercocidades.

Criada em 1995, a Rede Mercocidades tem o objetivo político e estratégico de promover a integração entre as principais cidades do Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil.

Serão oferecidos US\$ 10 mil (dez mil dólares) e um diploma ao pesquisador ou grupo de pesquisa vencedor do Prêmio. O prazo de entrega dos projetos é até 30/06/00. Os projetos devem ser enviados diretamente para a Rede de Tecnologia/Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia 2000, à Av. Beira Mar, 262/5º andar - Castelo - CEP 20021-060 - RJ.

Coordenação Executiva: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro

Informações Adicionais: Sra. Paula Pires - Tel: (21) 544-5751 ou pires@redetec.org.br

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Álvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

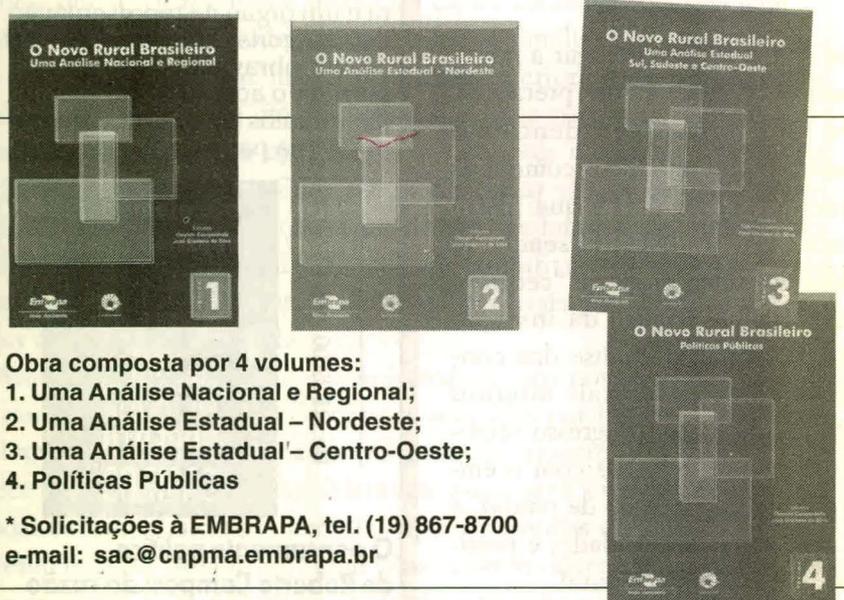
Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

ARTIGO

por José Graziano da Silva e Mauro Eduardo Del Grossi –

O novo rural brasileiro: uma atualização



Obra composta por 4 volumes:

1. Uma Análise Nacional e Regional;
2. Uma Análise Estadual – Nordeste;
3. Uma Análise Estadual – Centro-Oeste;
4. Políticas Públicas

* Solicitações à EMBRAPA, tel. (19) 867-8700
e-mail: sac@cnpma.embrapa.br

INTRODUÇÃO

A partir de meados dos anos 80, assistimos à emergência de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos.

Esse “Novo Rural” como vem o temos denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

- a) um agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

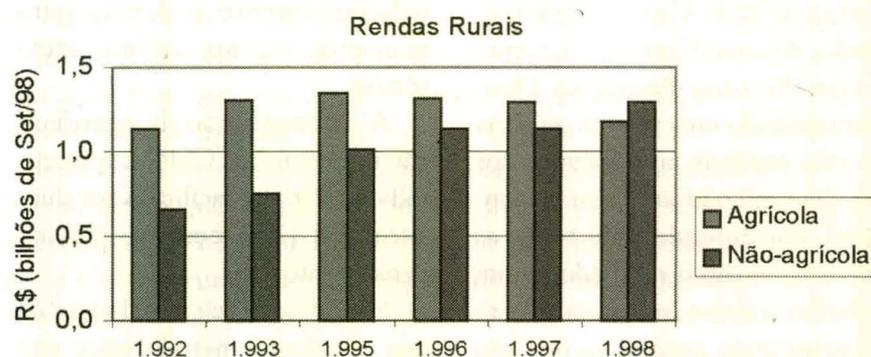
Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de “nichos de mercado” muito específicos para sua inserção econômica.

A explicação mais teórica para essas mudanças é o que denominamos de processo de “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais ou seja do tempo em que os membros da família camponesa não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.). A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional¹.

Como consequência dessa queda da renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. E esse fenômeno é tão forte e rápido que nossos dados apontam que em 1998 o total das rendas não-agrícolas já ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebida pelos moradores rurais (vide Gráfico 1). Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século.

Gráfico 1: evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/98



Também desde meados dos anos 80, vem ocorrendo uma forte queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, devido principalmente ao processo de mecanização da colheita das nossas principais culturas. Com isso, seria de se esperar uma equivalente redução da população rural. Mas isso não vem ocorrendo porque o número de pessoas que residem em áreas rurais mas estão ocupadas em outras atividades – o que denominamos de PEA rural não-agrícola – vem apresentando um extraordinário crescimento, impedindo até que a PEA rural decresse no período 1992/98 como podemos ver pelo Gráfico 2.

AS OCUPAÇÕES

A tabela 1 mostra a evolução da população brasileira de 10 anos ou mais nos períodos 1981/92 e 1992/97. Merece destaque a reversão na tendência de redução da população rural observada nos anos 80, quando decaiu a uma taxa de -0,2%^{aa} entre 1981 e 1990. Como se pode ver pelos dados apresentados, no período 1992/97 a população rural de 10 anos ou mais passa a crescer a uma taxa de 0,5%^{aa}, bastante menor que o crescimento da população total, mas altamente significativa.

O interessante é que essa mudança de rumo ocorre concomitantemente a uma mudança de tendência da PEA rural agrícola, que vinha crescendo nos anos 80 e passa a diminuir com uma elevada taxa de -2,2%^{aa}. (Veja Tabela 1)

Com a queda da população rural ocupada em atividades agrícolas seria de se esperar uma redução da população rural. Mas isso não ocorre porque a PEA rural não agrícola apresenta um extraordinário crescimento de 2,5%^{aa}, o que todavia não consegue impedir que o total da PEA rural caia a uma expressiva taxa de 1%^{aa} no período 1992/97.

ARTIGO

Ocorre que há um crescimento também das pessoas não ocupadas que estavam procurando emprego na semana da pesquisa (+7,4%) e dos inativos (+2,6%^{aa}), em particular dos aposentados e pensionistas (+6,4%^{aa}).

O crescimento dessas duas categorias – desempregados e aposentados residentes no campo – é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho; ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas.

Tabela 1: População com 10 anos ou mais de idade, Segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil, 1981/1997

	Pessoas (1.000)			Taxa anual (% ^{aa})			
	1.981	1.992	1.997	81-92 ^a		92-97 ^b	
Pop. Total com 10 anos ou mais	88.903	113.295	125.074	2,2	***	2,0	***
Pop. Urbana com 10 anos ou mais	64.669	89.511	100.756	3,0	***	2,4	***
Pop. Rural com 10 anos ou mais	24.234	23.785	24.318	-0,2	*	0,5	***
“PEA restrita” Rural	13.936	15.001	14.572	0,7	***	-0,8	*
Ocupados	13.797	14.689	14.142	0,6	***	-1,0	**
Agrícola	10.736	11.193	10.056	0,4	***	-2,2	***
Não-agrícola	3.061	3.497	4.086	1,2	***	2,5	**
Não-ocupados							
- Procura Emprego	139	312	430	7,6	****	7,4	***
Não-Economicamente Ativos	10.298	8.783	9.746	-1,4	***	2,6	***
.....Aposentados ou pensionistas	1.240	1.517	2.073	1,9	***	6,4	***
Outros inativos	9.058	7.266	7.673	-2,0	***	1,7	*

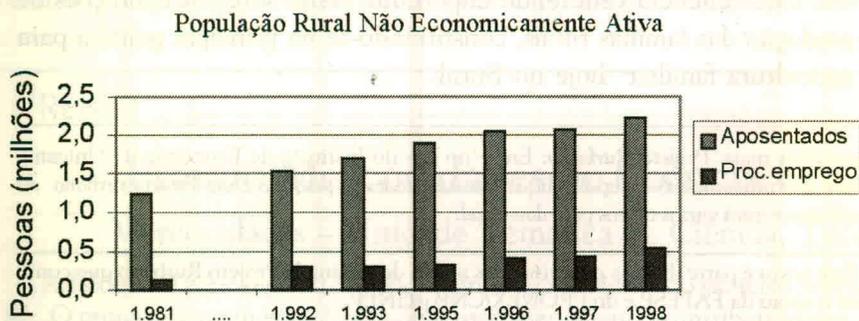
a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Fevereiro 1999

Gráfico 3: evolução das pessoas inativas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1981/98



A múltipla inserção dos membros de uma mesma família no mercado de trabalho vem sendo denominada de **pluriatividade**, que tem incidido principalmente, mas não exclusivamente, naquelas unidades agrícolas de pequena escala.

Resumidamente podemos dizer que a pluriatividade afeta cerca de 1,6 milhões (21%) dos 7,8 milhões de domicílios rurais existentes no país em 1.998 (ver Tabela 1); e 1,3 milhões dos 2,5 milhões de domicílios urbanos que tem pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas, sejam ela a ocupação principal ou secundária, na semana de referência da PNAD de 1998. No total, somando urbano e rural, a

pluriatividade afeta 39% do conjunto de famílias que estamos considerando, proporção essa que varia relativamente pouco em função da ocupação principal do seu chefe, se empregador (51%) ou conta própria com acesso a terra (41%), ou se pertence a outras categorias de trabalhadores agrícolas e/ou rurais sem acesso a terra (35%), quando se considera tanto a ocupação principal como as secundárias dos membros do domicílio.

AS RENDAS

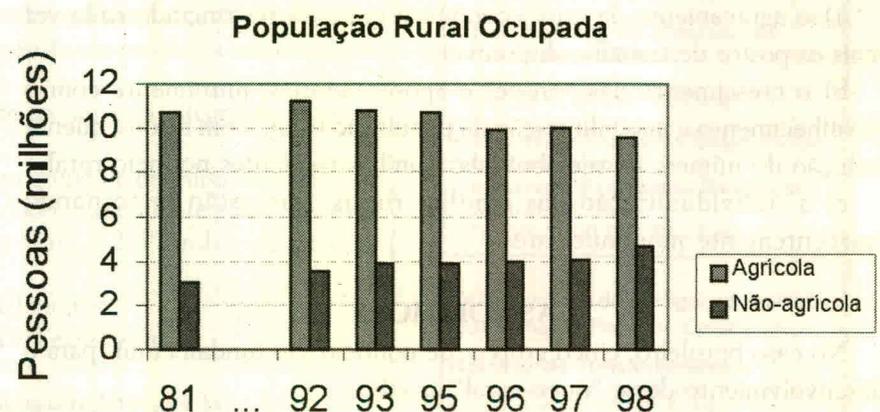
Tabela 2 : Número, Composição das Rendas familiar e renda per capita das famílias Extensas residentes no meio rural. Brasil,1998 (R\$ set. 1998)

Local domicílio Tipo de Família	1000 Famílias	Agrícola %	Não Agrícola %	Apos/ Pens. %	Outras %	Renda per capita	
						R\$	Rela- tivo
Total	41.840	5,5	73,8	15,5	5,2	254,04	247
Urbano	33.994	2,6	76,8	15,3	5,3	292,80	285
Rural	7.846	37,7	41,5	17,3	3,6	102,75	100
Empregadora							
Rural	307	43,2	41,0	9,7	6,1	369,02	359
Agrícola	142	77,8	0,0	14,5	7,6	320,32	312
Pluriativo	83	49,7	33,9	9,6	6,7	323,21	315
Não-agrícola	81	0,0	91,7	4,5	3,8	514,37	501
Conta-Própria							
Rural	3.603	46,3	34,4	16,9	2,5	88,77	86
Agrícola	2.005	72,1	0,0	24,5	3,4	75,81	74
Pluriativo	1.009	46,7	39,7	11,6	2,0	84,57	82
Não-agrícola	589	0,0	88,9	9,5	1,6	139,03	135
Assalariados							
Rurais	3.123	32,1	55,9	9,9	2,2	95,89	93
Agrícola	1.275	87,1	0,0	11,0	1,9	66,47	65
Pluriativo	547	52,1	39,4	7,0	1,6	73,50	72
Não-agrícola	1.300	0,0	87,4	10,2	2,5	136,43	133
Não-ocupado rural na semana	813	0,0	0,0	85,5	14,5	93,99	91

Fonte: Tabulações especiais da Pnad 1998 para o Projeto Rurbano

Vejamos agora a composição dessas rendas: nas famílias agrícolas, o peso relativo das aposentadorias e pensões é sempre maior; e no caso dos agricultores familiares por conta própria, chega a representar 20% do rendimento total. Ou seja, se não existissem as transferências da Previdência Social pública, os agricultores familiares seriam seguramente o grupo de famílias mais pobre do meio rural brasileiro em 1997.

Gráfico 2: evolução das pessoas ocupadas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1981/98



ARTIGO

A tabela 2 mostra também a renda média *per capita* para os diferentes tipos de famílias rurais que estamos considerando. É claro que as famílias empregadoras tem uma renda maior – no caso, quase quatro vezes maior – que a renda familiar média *per capita* média de todas as famílias rurais brasileiras. Mas podemos notar que as famílias por conta própria têm uma renda familiar média *per capita* inferior à dos empregados rurais. E dentro de cada um dos seus respectivos grupos, as famílias agrícolas são sempre as que apresentam as menores rendas *per capita*. As famílias rurais que tem menor renda *per capita* são as de assalariados agrícolas e pluriativos; e logo a seguir vem as famílias de agricultores familiares por conta própria, agrícolas e pluriativas. Conclusão: o que puxa a renda média *per capita* das famílias rurais para baixo é a dedicação às atividades agrícolas.

Antes de prosseguirmos convém introduzir uma nova variável na análise que é o número médio de pessoas ocupadas por famílias, segundo a tipologia que estamos utilizando. O primeiro aspecto a destacar é que parece não haver mais uma diferença expressiva entre o número de pessoas ocupadas entre os diferentes tipos de famílias em função do local de residência, se urbana ou rural. Mas existem diferenças significativas entre os vários tipos de famílias segundo a posição na ocupação. Assim, as famílias pluriativas possuem o maior número de membros ocupados; e as famílias de conta-própria – sejam elas agrícolas, não-agrícolas ou pluriativas – são as que tem mais pessoas ocupadas vis-a-vis as famílias de empregados e de empregadores. Por exemplo: as famílias de conta-própria residentes no meio rural são as mais numerosas e tem em média 2,4 pessoas ocupadas enquanto que aquelas famílias rurais compostas apenas de empregados tem apenas 1,6 membros ativos em média. Isso sugere que o fato da família ter pelo menos um membro ocupado por conta-própria ou ser empregador, cria mais oportunidades de ocupação para os demais membros no que se poderia chamar de “negócio familiar”, especialmente para aquelas residentes no meio rural.

Quando analisamos as tendências, surpreende encontrar nos anos 90 uma redução generalizada no número de pessoas ocupadas nas famílias de conta-própria e de empregados, especialmente daquelas residentes no meio rural e que se dedicam a atividades agrícolas e/ou são pluriativas. Esperávamos encontrar uma média crescente de pessoas ocupadas nas famílias rurais, seja em função da maior presença feminina na força de trabalho não agrícola (emprego doméstico), seja como resposta à queda das rendas agrícolas entre os conta-própria e mesmo entre os empregadores.

A explicação que encontramos para esse decréscimo no número médio de pessoas ocupadas nas famílias rurais passa a nosso ver pela combinação de vários elementos:

- a) o agravamento da crise econômica que está restringindo cada vez mais os postos de trabalho disponíveis;
- b) o crescimento das pensões e aposentadorias, juntamente com o envelhecimento e masculinização da população rural,² com a conseqüente redução do número de membros das famílias residentes no meio rural;
- c) a individualização das famílias rurais, que estão se tornando crescentemente mononucleares.

AS POLÍTICAS

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento desse “novo rural”, a saber:

- a) políticas de “desprivatização” do espaço rural tais como a criação

de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;

- b) políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

- c) políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;

- d) políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;

- e) um re-ordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Enfim é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido. A Figura 2 ilustra o que estamos querendo dizer: é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias.

Um exemplo do que estamos propondo é a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do “miolão” do Nordeste brasileiro, por exemplo, como já alertamos em outra oportunidade.

Vale a pena lembrar que os trabalhadores rurais só tiveram acesso ao benefício previdenciário após a promulgação da Constituição de 1989. Esse benefício vem tendo importante efeito sobre as condições de reprodução das famílias rurais, constituindo-se na principal política para a agricultura familiar hoje no Brasil.

Para saber mais: **Projeto Rurbano**: Entre no site do Instituto de Economia da Unicamp (www.eco.unicamp.br) e depois clique em *Atividades de pesquisa* e em *Projeto rurbano*. Ai você encontrará vários textos para *download*.

* Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Rurbano que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP.

José Graziano da Silva é professor Titular de Economia Agrícola do IE/Unicamp, e-mail: graziano@eco.unicamp.br; Mauro Eduardo Del Grossi é doutor em Economia pelo IE/Unicamp e Pesquisador do IAPAR-PR, e-mail: delgrossi@pr.gov.br

¹ Um parêntesis: é por isso que os países desenvolvidos “fecham” seus mercados internos às importações agrícolas; e é também exatamente por isso que a queda da renda agrícola se acelerou no Brasil depois da abertura do Plano Collor (1990) agravado ainda mais pelos juros altos e pela sobrevalorização da moeda no Plano Real, que fizeram com que a produção agrícola nacional perdesse sua competitividade frente aos produtos importados (o caso do algodão é paradigmático).

² Camarano, A. e R. Abramovay, Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos: IPEA, Rio de Janeiro, 23 p., jan/1999 (Texto para Discussão, 621).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Na página deste mês estamos dando continuidade ao acompanhamento das alterações orçamentárias do município do Rio de Janeiro, com destaque para as secretarias de educação e de saúde. Salientamos que os dados aqui apresentados referentes à execução orçamentária são de abril – última publicação – em função da não normalização do acesso pela Câmara ao sistema informatizado da prefeitura.

Até o presente momento o prefeito abriu R\$ 460 milhões de créditos suplementares o que significa 9,9% do total do orçamento previsto para o ano 2000. Deste total apenas R\$ 287 milhões são considerados remanejamentos, uma vez que a origem dos créditos restantes não se deu por retirada de outros programas de trabalho. A despesa já foi acrescida em R\$ 176 milhões com base no ingresso de recursos provenientes de superávites no balanço patrimonial de 1999. Até o mês de abril a prefeitura já empenhou cerca de R\$ 2.000 milhões, liquidou R\$ 925 milhões e pagou R\$ 816 milhões.

Os órgãos mais reforçados foram:

- Gabinete do Prefeito foi reforçado em R\$ 28 milhões, ou seja 6% do seu orçamento inicial. Dentre os programas de trabalho mais reforçados estão: Administração do Gabinete do Prefeito com mais 21% em relação ao seu orçamento inicial ou R\$ 2 milhões, este programa visa a manutenção do Gabinete do Prefeito. Publicidade e Propaganda está com mais 3170% ou R\$ 13 milhões; como o próprio nome diz tem como meta realização de campanhas publicitárias e pesquisa de opinião visando ao bem estar público. Serviços Contratados de Coleta de Lixo, com mais R\$ 6,7 milhões ou 10%, é um programa de coleta domiciliar de lixo. É mais R\$ 13 milhões em reforço ao IPLANRIO, que é a empresa de informática da prefeitura. Tendo como saldo atual R\$ 488 milhões, o Gabinete do Prefeito empenhou R\$ 242 milhões, liquidou R\$ 127 milhões e pagou R\$ 102 milhões até o mês de abril.

- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer foi reforçada em R\$ 6 milhões, encontrando-se atualmente com quase R\$ 44 milhões, o que representa um reforço de 16%. Até o mês de abril já empenhou R\$ 24 milhões, liquidou R\$ 20 e pagou R\$ 19 milhões. O Programa de Eventos Contratuais no Autódromo Internacional que tem objetivo de promover e apoiar grandes eventos esportivos internacionais no próprio local, com contratos para a realização de dois Grandes Prêmios no valor de 8 milhões de dólares foi reforçado em mais 30% ou R\$ 4,7 milhões. Atividades Esportivas e de Lazer está com mais R\$ 2,7 milhões, isto é, 35%. Este programa tem objetivo de apoiar a equipe de atletas representantes da cidade.

- Secretaria Municipal de Cultu-

ra já foi reforçada em 9% ou 6 milhões, encontrando-se atualmente com um saldo de dotações de R\$ 74 milhões. Tendo empenhado R\$ 39 milhões já liquidou R\$ 27 e pagou R\$ 20 milhões. Difusão Cultural é um programa de trabalho destinado a promover e apoiar eventos culturais, projetos de artes cênicas, artes visuais, dança, música e editoração, e foi reforçado em 345%, ou seja, R\$ 6,5 milhões. O Plano Maravilha, que objetiva a manutenção de escritórios de representação, nacionais e internacionais realizar campanhas publicitárias promocionais da cidade do Rio de Janeiro, foi reforçado em R\$ 1,7 milhões ou 22%. Detalhe: esta secretaria tinha um total de 20 programas oriundos de emendas legislativas que somavam um total de R\$ 1,7 milhões e já perderam R\$ 1,5 milhões.

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente está com mais R\$ 8 milhões ou 16% de seu orçamento inicial. Este reforço é proveniente de um superávit financeiro de R\$ 11 milhões apurado no balanço patrimonial de 1999. Estes recursos foram para o Projeto de Recuperação e Educação Ambiental, que tem como objetivo promover a informação ambiental, recuperação da fauna e flora e desenvolver as unidades de conservação ambiental. Esta secretaria encontra-se com um saldo de R\$ 55 milhões e até o mês de abril, já havia empenhado R\$ 26 milhões, liquidado apenas R\$ 8,5 e pago R\$ 7 milhões.

- A Secretaria Municipal de Educação, somando todas as suas alterações até o momento, já foi reforçada em R\$ 36 milhões isto significa 5,5% a mais em relação ao seu orçamento inicial. Encontrando-se atualmente com R\$ 691 milhões de dotações e já tinha empenhado R\$ 189 milhões, liquidado R\$ 134 e pago R\$ 129 milhões, até abril. Este reforço deve-se a um remanejamento de R\$ 39 milhões em 3 de maio. Estes recursos são oriundos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do Fundef no exercício de 1999. Os programas mais reforçados foram Expansão de vagas da rede física com mais R\$ 31 milhões (a dotação inicial era de R\$ 460 mil), Revitalização do ensino de primeiro grau com mais R\$ 1,1 milhão (dotação inicial de R\$ 111 mil) e Programa de extensão da ação educacional com mais R\$ 1 milhão (dotação inicial R\$ 2,3 milhões). Esses programas de trabalho

têm como objetivo pagamento de aluguéis e aquisições de escolas criação de núcleos de arte, clubes escolares, as oficinas de vídeo e fotografia, projetos culturais e patrocínio para participação de professores em eventos científico-educacionais nacionais e internacionais.

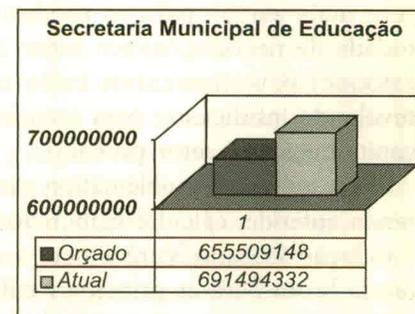
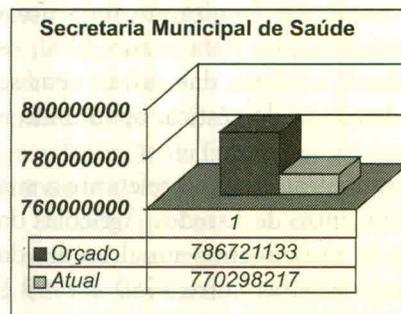
As secretarias mais prejudicadas foram:

- Secretaria de Desenvolvimento Social sofreu retiradas no total de R\$ 10 milhões ou 9%, em relação ao seu orçamento. Está com saldo atual de R\$ 96 milhões, e até abril já tinha empenhado R\$ 63 milhões, liquidado R\$ 21 e pago R\$ 17 milhões. Os programas mais prejudicados foram: Rio Criança Maravilhosa que sofreu perdas de R\$ 4 milhões, isto é, 16% de seu orçamento inicial seu objetivo é prestar atendimento em 243 creches, ampliando a assistência a 2.880 crianças; Manutenção do Programa de Atendimento Nutricional perdeu R\$ 2,5 milhões, ou 27% de seu total, tem objetivo de fornecer refeições a 29.000 crianças; Programa Vem Pra Casa que objetiva reinserir crianças, adolescentes e famílias com crianças em situação de rua, na família, na comunidade e na escola, visando a reconstrução de vínculos familiares que possibilitem a organização de suas vidas e o retorno ao convívio comunitário sofreu retiradas de 45% de suas dotações iniciais no total de R\$ 2 milhões.

- Secretaria Municipal de Trabalho perdeu 4,5 milhões só restando 70% da sua dotação inicial. Plano de Educação Profissional conta com menos 59% de suas dotações iniciais, ou seja, R\$ 2,5 milhões. Este programa procura desenvolver programas de qualificação e requalificação profissional, visando a empregabilidade dos trabalhadores do Rio de Janeiro pela

complementação da escolaridade e capacitação. Já o Programa de Crédito Produtivo que busca apoiar pequenos e micro empreendedores, formais ou informais, teve perdas no valor de R\$ 1,8 milhões ou 75%. Esta secretaria encontra-se atualmente com saldo de R\$ 10 milhões e tinha empenhado R\$ 2,8 milhões, liquidado R\$ 1,2 e só pago R\$ 741 mil, até abril.

- A Secretaria Municipal de Saúde já sofreu retiradas de R\$ 16 milhões ou 2% do orçamento inicial. As principais retiradas ocorreram nos decretos de: 24 de janeiro – R\$ 7 milhões foram retirados e destinados para programas de trabalho do Gabinete do Prefeito; 3 de março – perda de R\$ 4 milhões para Gabinete do Prefeito, Secretaria de Obras, Secretaria de Cultura e no dia 28 de abril foi remanejado R\$ 5 milhões para o Gabinete do Prefeito e Encargos Gerais da Dívida. Os programas mais prejudicados foram programas de Operacionalização da rede de serviços nas unidades assistenciais, em todas as APs que ficaram com menos R\$ 10 milhões no total (com dotação inicial de R\$ 106 milhões). Outros programas como “Implantação de consultórios simplificados de saúde”, “Atendimento de agentes comunitários de saúde”, “Atividades no programa de saúde da família” e “Apoio a ABBR”, foram remanejados em mais de 80% perdendo no total R\$ 3,715 milhões de uma dotação inicial geral de R\$ 3,721 milhões. Todas essas perdas estão relacionadas a pagamento de serviços prestados por terceiros e material de consumo. A secretaria de saúde encontra-se com saldo de dotações atual de R\$ 770 milhões. Até o mês de abril empenhou R\$ 349 milhões, apesar de ter liquidado R\$ 201 milhões e só pago R\$ 166 milhões, o que significa uma dívida de R\$ 34 milhões.



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti e Mayra Juruá, sob supervisão de Luiz Mário Benhken. Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121
E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>
Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

ARTIGO

por Irene Raguene Troccoli, Luiz Antônio Pinazza e Regis Alimandro

Duas décadas de mudanças na agricultura brasileira: uma breve análise

O Brasil mudou muito nas duas últimas décadas, até mesmo pela necessidade de acompanhar as novas configurações das interfaces entre países. No bojo dessas mudanças a agricultura brasileira transfigurou-se completamente.

Nos anos 80 repetidos planos econômicos (Cruzado em 1986, Bresser em 1988 e Verão em 1989) e suas conseqüentes transformações econômico-sociais ditaram novas regras ao campo, passando a definir novas culturas dominantes e novos perfis de produtores capazes de sobreviver num ambiente globalizado.

Não podia ser outra a conseqüência de três reformas econômicas implementadas nos meses de colheita e comercialização dos grãos: já em 1990, com o Plano Collor I, adicionou-se ao congelamento dos preços dos produtos, no sensível momento da formação da renda dos agricultores, a correção dos preços mínimos com taxas inferiores às dos encargos financeiros do crédito rural.

Entre 1985 a 1990 a produção agrícola brasileira manteve-se estável, mas houve avanço da área plantada e aumento substancial do rendimento físico. Entre 1990 e 1995 a produção logrou aumentar 25%, embora a área plantada encolhesse. Quando o Plano Real veio à luz em 1994 e ajustou a macroeconomia a custo de pesada taxa interna de juros, a agricultura estava financeiramente capenga.

Essa fragilidade se acentuou à medida que se franqueou o país à paulatina entrada de produtos estrangeiros carregados de subsídios na origem. Ao reforçar a tendência às quedas reais dos preços internos dos alimentos e ao levar a agricultura a ser chamada de *âncora verde* do Plano, essa política resultou numa forte piora no endividamento do setor, agudizado pelo recuo no aporte de crédito rural no período pós-Plano Real. Apesar de preconizado como válvula de escape, o programa de securitização anunciado em 1997 terminou por representar um estigma aos agricultores com dívidas renegociadas que desejassem crédito para novas operações.

A desvalorização cambial de janeiro de 1999 e a conseqüente conjuntura mais amena para os produtores nacionais facultaram uma nova rodada de negociações em torno da securitização. Para o ano 2000, os estoques governamentais estão zerados e a oferta das safras vem se revelando insuficiente para atender à demanda doméstica, apontando a capitalização do setor primário.

Pelo lado mais emblemático para o agricultor, que é o referente a sua renda auferida, cálculos elaborados pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas para a taxa de crescimento anual média da renda bruta para as principais culturas brasileiras entre 1980 e 1999 e apresentados no quadro ao lado levantam evidências interessantes.

Uma delas é o resultado alentador que culturas *novas*, como a da uva, apresentaram na segunda metade dos anos 90, revertendo espetacularmente os maus resultados registrados nos cinco anos anteriores e consolidando avanço recorde na década dentre as demais lavouras mensuradas. Também digno de nota, embora por uma ótica oposta, é o caso da mamona. A brutal contração de sua renda bruta ao longo dos anos 90 traduz à perfeição o ocaso ao qual estão fadadas as lavouras consideradas menos *interessantes* comercialmente, onde a desorganização estrutural sistematicamente mina os retornos aos produtores a despeito da grande importância que possam ter nas economias regionais.

BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIA DA RENDA BRUTA - PRINCIPAIS PRODUTOS

Produto	1980/89	1990/99	1990/94	1995/99
Algodão em caroço	-4,34	-4,01	-5,38	-0,12
Amendoim em casca	-8,10	3,45	2,09	3,93
Arroz em casca	-6,60	4,01	5,25	6,84
Banana	4,02	0,57	-0,35	-12,58
Batata inglesa	1,90	-1,24	8,71	-12,29
Cacau	-7,91	-5,21	-1,58	-5,11
Café em coco	-2,62	5,04	11,18	11,02
Cana-de-açúcar	-3,61	-0,02	3,43	-0,12
Cebola	-11,27	-10,62	-22,27	-12,66
Feijão em grão	-1,06	-2,37	11,7	-0,75
Fumo em folha	0,34	2,82	6,86	5,76
Laranja	3,66	-3,67	-12,09	-3,04
Mamona	-12,58	-18,79	-23,63	-6,78
Mandioca	-4,13	1,07	-5,97	-6,57
Milho em grão	-1,22	0,81	4,91	-0,99
Pimenta do reino	1,56	4,02	-16,73	25,37
Sisal	-11,11	4,86	-2,81	12,57
Soja em grão	1,36	4,04	9,13	11,45
Tomate	5,68	-2,97	-10,46	-12,30
Trigo em grão	0,77	-3,46	-12,98	15,64
Uva	1,75	12,19	-29,47	51,92
TOTAL	-1,61	0,69	2,30	1,94

Se estes foram os acontecimentos econômicos mais marcantes do setor primário brasileiro nos anos 80 e 90, pelo lado da organização social no campo seus efeitos também se fizeram notar. Um bom retrato a respeito pode ser encontrado na pesquisa *Um perfil do agricultor brasileiro*, realizada pelo Centro de Estudos Agrícolas em parceria com a Embrapa.

Dentre os resultados encontrados no estudo destaca-se, por exemplo, a fortíssima propensão a migrar nos filhos dos agricultores consultados, que chega a 66% no caso da região Nordeste. Nesse contexto, ficam evidentes os malefícios da não disseminação das novas tecnologias, reforçando a tendência à perpetuação da miséria rural e de seus reflexos sobre os desequilíbrios sociais urbanos no país.

Por sua vez, os dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE em 1970, 1985 e 1995-96 mostram os resultados das ações governamentais aplicadas ao meio rural. Baseadas em pacotes tecnológicos voltados para o emprego de sementes melhoradas, fertilizantes químicos, defensivos e mecanização, sua conseqüência foi o alcance de valor da produção agropecuária da ordem de praticamente R\$48 bilhões no período 1995-96.

Além de concentrados no Centro-Sul brasileiro, os estabelecimentos rurais decresceram sensivelmente de 1985 a 1995 em número e na área ocupada, sinalizando maior utilização do espaço físico para fins urbanos e recreio rural. No caso, a maior queda relativa proveio das lavouras permanentes e temporárias, da ordem de quase 10 milhões de hectares, bem como de pastagens naturais, ao redor de 32 milhões de hectares.

Isto não impediu, porém, que houvesse aumento permanente na concentração da estrutura fundiária do país, conforme crescia a proporção da área dos estabelecimentos acima de mil hectares e decrescia a referente aos tamanhos inferiores.

Pelo lado da responsabilidade pela exploração, as evidências mostram que houve intensificação das relações capitalistas no campo.

ARTIGO

A proporção de proprietários e administradores aumentou em número e em área de propriedades, enquanto diminuiu a participação dos arrendatários e meeiros, sinalizando um maior envolvimento de gerentes especializados e donos de terra com a produção.

Também entre 1985 e 1995, forçada pela combinação de uma série de fatores, a população ocupada na agricultura diminuiu 23%. Na absorção de mão-de-obra, cresceu a participação das lavouras temporárias e propriedades com áreas menores de 100 hectares. Grande parte dessas propriedades deixou de existir e com elas os empregos que geravam.

O que se depreende desta rápida revisão dos acontecimentos que afetaram o campo brasileiro durante as duas últimas décadas é que a agricultura costuma ser abordada, compulsivamente, sob a ótica da produção. É entendida pelos tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada como fonte inesgotável de produção e de riqueza, garantidora da segurança alimentar das nações. Conquanto esta tendência seja compreensível pelo próprio caráter fundamental da alimentação para a sobrevivência da humanidade, ela implica uma série de problemas. Um deles, por exemplo, derivado do aprimoramento tecnológico e sua disseminação ininterrupta no mundo, gerado pela chamada *Revolução Verde*, tem sido a administração dos excedentes de safra, desafio cada vez mais difícil de ser transposto.

No caso brasileiro, a esta forma de pensamento se juntam os



AGROANALYSIS
Vendas/Assinaturas:
Editora FGV
Praia de Botafogo,
190 - Sala 1217
Cx. Postal: 62591
CEP 22252-970
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (0800) 217777

complicadores representados pelas generosas políticas de garantias de preços mínimos e juros baixos para os agricultores do mundo desenvolvido. Com uma bateria de subsídios que proporciona condições artificiais para que as sobras internas sejam exportadas a preços inferiores aos custos de produção, a política agrícola do Primeiro Mundo tem ocasionado a baixa nas cotações internacionais. Com isso, em última instância, países agroexportadores e de grande mercado interno como o Brasil são prejudicados.

Contudo, sem política agrícola e instrumentos de comercialização para dar sustentação aos preços dos cereais e oleaginosas, o setor prossegue à deriva.

A solução para este *imbroglio* passa obrigatoriamente pela definição das safras e culturas que interessem ao país, do ponto de vista quer econômico, quer social. Aos produtores agrícolas nacionais deve ser dada a prioridade para poderem disponibilizar produtos e atender ao grande mercado do país. Em outras palavras, no sistema de alimentos e fibras, gerar emprego e riqueza aqui.

Irene Raguelet Troccoli é economista, M. Sc., especialista em Análises Econômicas do Agronegócio no Centro de Estudos Agrícolas da FGV, editora-assistente da revista *Agroanalysis* da FGV; *Luiz Antônio Pinazza* é engenheiro agrônomo da Agroceres, colaborador e editor-assistente da revista *Agroanalysis* da FGV, diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness; *Regis Alimandro* é economista do Centro de Estudos Agrícolas da FGV, redator-chefe da revista *Agroanalysis* da FGV.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos
ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência demo-crática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.
Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontin.
Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

EVENTO

XVIII SINCE – SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA

“CONSTRUINDO O PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI”

OURO PRETO – MG

PROGRAMA PRELIMINAR

Dia 06/09 – Quarta-feira

- 14:00 horas** – Credenciamento/Entrega Material
Reunião Cofecon
Reunião Fórum de Presidentes
- 19:00 horas** – Abertura
Presidentes do COFECON e CORECON/MG
- 19:30 horas** – Homenagem ao Prof. Carlos Lessa
- 21:00 horas** – Confraternização

Dia 07/09 – Quinta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “Formação do Economista e Currículo Mínimo: nova LDB” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Flexibilização dos Currículos (estágio obrigatório)
Avaliação de Qualidade (provão) e métodos alternativos
Requalificação Profissional

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 14:30 horas** – Painel: “A Reorganização do Sistema Cofecon/Corecon’s (1 expositor)
- 15:30 horas** – Intervalo
- 16:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Desregulamentação Profissional (Comissão Since)

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 21:00 horas** – Programação Social

Dia 08/09 – Sexta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “O Mercado de Trabalho e o Perfil do Economista” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Impactos do Desenvolvimento Econômico no Mercado de Trabalho do Economista/Mercosul
Profissões Correlatas e a Economia
Interdisciplinariedade e Novos Requisitos do Mercado de Trabalho

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 15:00 horas** – Relatórios (finalização)
- 17:00 horas** – Relatórios dos grupos de trabalho (Apresentação e Aprovação)

CURSOS (Estudantes e não Delegados)

- 20:00 horas** – Confraternização

Dia 09/09 – Sábado

- 09:00 horas** – Plenária Final

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Conselho Regional de Economia da 10ª Região – CORECON/MG

Fone: (0xx31)261-5806 – Fax: (0xx31) 261-8127

E-mail: corecon-mg@cofecon.org.br

ABRE ASPAS

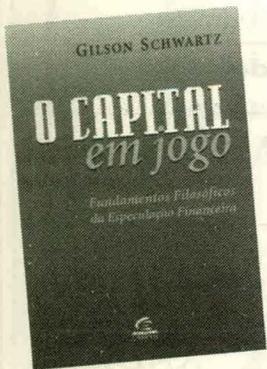


CELSO FURTADO – **TEORIA E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** – Editora Paz e Terra/10ª Edição/2000. Após um decênio de malsucedidas experiências de política neoliberal, vários países do Terceiro Mundo voltam a interessar-se pelo debate sobre os problemas do subdesenvolvimento e sua especificidade teórica. Isso implica retornar a um enfoque pluridisciplinar do estudo da vasta área chamada periferia do capitalismo. Assim, a análise econômica tradicional está sendo enriquecida com uma visão histórico-estrutural da realidade econômica. Celso Furtado formula sua conhecida teoria do subdesenvolvimento, fazendo com rigor e elegância a demonstração de que “o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham passado necessariamente as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”, que não é um destino inexorável mas consequência da forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Outras informações através do telefone: (11) 223-6522 – E-mail: vendas@pazeterra.com.br.

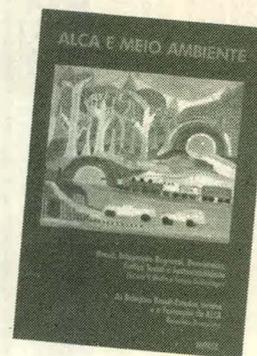
TRABALHO E CIDADANIA – **PRODUÇÃO E DIREITOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**, de Giuseppe Cocco – Editora Cortez – São Paulo/2000. O livro revela uma abordagem diferente, desenvolvida através de conhecimentos e críticas novas, que fogem do senso comum, com respeito ao esclarecimento da reorganização produtiva e suas repercussões sociais e jurídicas. O universo de discussão do autor está no que chamou “entre a construção do social do mercado e a dimensão pública da produção”. Dentro desse universo acham-se a globalização, o neoliberalismo, o fordismo, o pós-fordismo representado pela autonomização do setor financeiro, pela flexibilização e desverticalização da produção, pela progressiva integração produtiva do consumo e da reprodução. No fordismo, estar na produção significa pertencer à cidadania, ao passo que no pós-fordismo, ser cidadão é requisito para participar do setor produtivo. Outras Informações: CORTEZ EDITORA – Rua Bartira, 317 – Perdizes/SP. E-mail: cortez@cortezeditora.com.br.



O CAPITAL EM JOGO – **Fundamentos Filosóficos da Especulação Financeira**, de Gilson Schwartz – Editora Campus/março de 2000–224 páginas – R\$ 29,00. O *Capital em Jogo* reconstrói a trajetória intelectual de Keynes na Cambridge no início do século XX, oferecendo um roteiro didático e instigante das preocupações teóricas, políticas e filosóficas do maior economista deste século. A partir de uma reconstituição do debate em torno do padrão Ouro, cuja decadência resumia o fim da *Pax Britannica* e primeira grande crise de uma economia já então “globalizada”, Schwartz propõe uma releitura das principais obras de Keynes, de seus artigos jornalísticos ao quase desconhecido “*Tratado sobre a Probabilidade*”, passando pelos fundamentos de conceitos hoje centrais na nova economia política tais como expectativas, convenções e incerteza. Gilson Schwartz, atualmente, é professor visitante do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP. Leciona economia há 18 anos na FGV/SP, na PUC/SP e Unicamp. Economista e sociólogo formado pela USP, com cursos de mestrado e doutorado em Economia e Filosofia pela Unicamp, é editorialista e colaborador da equipe de articulistas da Folha de São Paulo desde 1983 e pesquisador nas áreas de Economia Internacional e Política Econômica. Outras Informações através dos telefones: (21) 509-5340 – Fax: (21) 507-1991 ou info@campus.com.br.

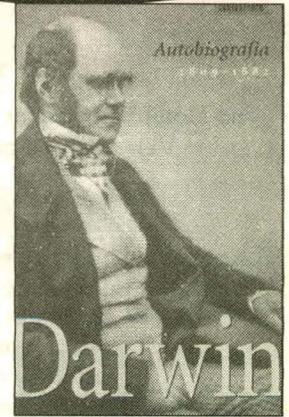


ALCA E MEIO AMBIENTE – **Brasil: Integração Regional, Democracia, Justiça Social e Sustentabilidade (Fátima V. Mello e Sergio Schlesinger)** – **As Relações Brasil-Estados Unidos e a Formação da Alca (Reinaldo Gonçalves)** – Rio de Janeiro – Projeto ALCA: FASE, 1999. Trata-se da primeira publicação do Projeto ALCA e Meio Ambiente, desenvolvido pela FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), que objetiva trazer elementos que alimentem e estimulem o debate público dos potenciais impactos da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para a sociedade brasileira, especialmente em relação às consequências sócio-ambientais. O trabalho de articulação de organizações da sociedade civil, nos planos nacional e regional e a produção de material analítico que dê suporte ao trabalho de mobilização e intervenção nas negociações, constituem o foco do projeto. Outras informações: Rua das Palmeiras, 90 – RJ – Tel: (21) 286-1441. E-mail: sveiga@fase.org.br.



LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



Autobiografia (1809-1882)

128 páginas • Charles Darwin
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.

Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.

Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.

Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.

Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.

César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielschowsky
Preço com desconto: R\$ 25,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi
Prêmio “Distinguished Scholarship” da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel./Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

EVENTO

V ENESUL

O COFECON e o CORECON/RJ apoiam o V ENESUL a realizar-se nos dias 13 e 14 de julho, no Hotel Embaixador em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Veja abaixo a grade de programação do evento.

DIA 13 DE JULHO DE 2000

- 18:00 horas - Credenciamento dos participantes
 19:30 horas - Solenidade de Abertura
 Convidado Especial: Exmo. Sr. Olívio Dutra
 Governador do Estado do RS
 Presidente do CORECON/RS
 20:00 horas - Pronunciamento do economista Gustavo Adolfo C. Vasconcelos
 (Presidente do COFECON, Secretário Municipal Adjunto de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) sobre "A inserção social do economista"
 20:30 horas - Confraternização

DIA 14 DE JULHO DE 2000

08:30 horas - PAINEL I: A REGIÃO SUL E O BRASIL - Perspectivas de Desenvolvimento: Integração e Disparidades
 Coordenador: representante do COFECON
 Painelistas: Economista Gilmar Mendes Lourenço - PR
 "Dinâmica Recente da Economia Paranaense"
 Economista Hoyedo Nunes Lins (UFSC) - SC
 "Possibilidades de uma política de desenvolvimento local/regional com base na noção de cluster"
 Prof. Dr. Marcelo Savino Portugal (IEPE/UFRGS) - RS
 "Fatores de crescimento da economia gaúcha e perspectivas de desenvolvimento regional"

14:00 horas - PAINEL II: A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA E O MERCADO DE TRABALHO

Tema 1: O "provão" do MEC na avaliação dos cursos de economia
 Prof. Dr. João Rogério Sanson (UFSC); Prof. Dr. Gentil Corazza (UFRGS); Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis (Coord. CCE/PUCRS, ANGE)
 Tema 2: Como os cursos de economia estão respondendo aos novos desafios do mercado de trabalho
 Economista José Luiz Pagnussat (Presidente da Ange); Profª Dra. Otilia Beatriz Carrion (Diretora FCE/UFRGS); Profª Dra. Maria Cristina Passos (Coord. CCE/UNISINOS, FEE)
 Tema 3: Mercado de Trabalho
 Economista Juarez Varallo Pont (PPGE/UFPR, Cofecon); Economista Lúcio Flávio S. Paz (ABAMEC, Corecon/RS); Economista Antonio Carlos B. Jaques (RS Projetos, Cofecon); Economista Erik Sasdeli Camarano (Polo/RS)

Informações Complementares: Conselho Regional de Economia da 4ª Região/RS - Rua Siqueira Campôs, 1184 - 6º andar - Fone (051) 224-2748 Fax 224-2622 - E-mail: corecon-rs@cofecon.org.br

PROGRAMA FAIXA LIVRE

RÁDIO BANDEIRANTES

AM, 1360 MHz,
no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360

LIGUE E PARTICIPE !

Cursos ANDIMA

Programação para julho

10%

de desconto nos cursos para economistas registrados no Conselho

Operações em Mercados Derivativos

Data: RJ: 3 a 7/7, das 18h30min às 22h

Gestão Financeira

Data: RJ: 10 a 14/7, das 9h30min às 12h30min

Mercado Financeiro Nacional:

uma abordagem introdutória

Data: RJ: 10, 11, 14, 17 e 18/7, das 18 às 22h

Matemática Financeira: uma abordagem prática

Data: RJ: 12 e 13, 17 a 20/7 das 17h às 22h

Introdução às Operações de Renda Fixa,

Ações e Fundos de Investimento

Data: RJ: 19 e 20/7, das 9h30min às 18h30min

Gerenciamento do Risco de Mercado

Data: RJ: 24 a 28/7, das 18h30min às 22h

Bolsas de Valores: uma abordagem

prática de investimento em ações

Data: RJ: 24 a 27/7, das 18h15min às 22h

Informações e inscrições

Cláudia/Isabel - telefones (21)814-3927/814-3929/814-3800;

e-mail: treinamento@andima.com.br

Gabriela - telefone (11)3115-1313



JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 16.06.2000